ASPECTOS DA TEORIA DA LEI NA OBRA DE MARSÍLIO DE PÁDUA

*Hilario Oliveira de Oliveira**

Resumo: O conceito de lei civil constitui a base fundamental da teoria do Estado desenvolvida por Marsílio de Pádua. A lei que é proclamada na assembléia dos cidadãos é o que sustenta o Estado. Esta está tem dois aspectos; um enquanto regra e outro enquanto que acompanhado da norma encontra-se o aspecto da coercibilidade, que estabelece o justo e o útil, bem como, é quem estabelece a distribuição de penas e castigos. Marsílio de Pádua investiga qual a origem e as finalidades da lei humana para a boa constituição de um Estado justo e soberano. Pode-se concluir que a lei tem como finalidade primordial servir como instrumento de justiça social, desde o ponto que corrige os atos dos cidadãos que fogem ao que é justo e útil para toda a sociedade. Outro aspecto fundamental que Marsílio propõe em sua teoria é que a lei garante que o governo permanece estável, é somente através da lei que um governo pode permanecer no poder. Ao passo que o governo não pode praticar nenhuma ação que não esteja respaldada pelo que dita à lei. Propomos com este trabalho investigar o conceito lei civil dentro da obra *Defensor Pacis* de Marsílio de Pádua; sua origem e constituição; finalidade; formas de estabelecer a lei; quais suas finalidades principais.

Palavras-chave: *Civita*, lei civil, lei Divina, legislador, governante.

Marsílio Mainardini de Pádua (1280-1343), pertencente a uma tradicional família de Pádua. Médico, conhecedor do Direito, estudioso de Filosofia, defensor do governo laico; tomou parte na luta entre Ludovico da Baviera (Luis IV) e o Papa João XXII; da qual, temos apurado, se originou sua principal obra o *Defensor Pacis*. Marsílio foi um homem de seu tempo, defendia a igreja de Cristo e sua necessidade para uma boa sociedade. Na teoria política de Marsílio podemos destacar inúmeros conceitos, mas aqui vamos apenas tratar, de passagem, da distinção lei civil e Evangélica. A lei é a base fundamental de toda a teoria política de Marsílio de Pádua. O termo *Lex* no

* Mestrando do PPGFIL-UFPEL, sob orientação do Prof. Dr. Sérgio Ricardo Strefling.

seu sentido mais amplo tem como significado costume. Nas primeiras aldeias e comunidade o costume era a lei do lugar, que servia para regular os atos dos que ali moravam ou estavam de passagem. Esta lei ficava sob a responsabilidade dos mais velhos, que as guardavam e transmitiam aos mais jovens.

Com aumento das populações os grupos, que até o momento, eram familiares; passaram a se reunir em aldeias e posteriormente em pequenas vilas, que formaram as cidades e os reinos, este fato trouxe o aumento das desavenças e das discórdias. Foi necessário estabelecer uma nova forma de lei, que passasse a ser pública, regulasse os atos de todos que estavam na *Civitas*. Também foi preciso nomear, um entre todos, que ficasse de responsável pela lei, e que fizesse que esta fosse cumprida corretamente, coibindo os excessos aplicando penas e recompensas, conforme o caso, tendo em vista a paz e a tranquilidade da cidade. Assim, surge a figura do príncipe ou governante, que passou a ser o guardião da lei nas cidades e reinos.

Na filosofia medieval, tradicionalmente a lei tinha como referência algo que era imutável e eterno; a lei divina, na qual toda perfeição está contida (Bayona 2009, p. 211), e servia de base para todas as práticas daquele tempo inclusive a construção das leis. Marsílio inova¹ ao tomar o significado de lei civil como aquela norma dada pelo conjunto dos cidadãos, acompanhada de um preceito coercivo que obriga seu cumprimento, sob pena que será aplicada neste mundo. A lei não pode apenas conter o justo e útil a cidade ou comunidade civil ela precisa de um preceito que obrigue seu cumprimento estabelecendo castigos aos que não a respeitem. É este preceito coercivo, dado pelo conjunto dos cidadãos, que garante que a lei será observada e cumprida. Vamos considerar a definição de lei feita por Marsílio no *Defensor Minor*²:

¹ "A tendência averroísta de Marsílio em separar uma vida dirigida a fins sobrenaturais de uma vida temporal está presente na distinção que ele realiza ao classificar as leis." (STREFLING, 2002, p. 126).

² Obra escrita após o *Defensor Pacis* que tem por finalidade completar a primeira obra.

A lei humana é um preceito estatuído pelo conjunto dos cidadãos ou por sua parte mais relevante. Eles devem legislar por deliberação imediata sobre os atos humanos voluntários que cada pessoa deve realizar ou se esforçar por fazê-lo neste mundo para atingir o melhor fim, isto é, o estado que convém a cada ser humano atingir durante a vida presente. Afirimo que se trata de um preceito coativo, quanto as suas transgressões neste mundo. (DM I, 4)

O autor do *Defensor Pacis* é o primeiro autor na escolástica que distingue, e separa a lei divina da lei humana. Para ele a lei deve ser laica, e podemos afirmar que Marsílio é o primeiro autor do medievo que vai conceber uma lei completamente laica; não podemos considerar que o paduano fosse anti-religioso, ao contrario era defensor da igreja, podemos dizer sim é que não queria que o clero se envolvesse em questões de ordem civil. Portanto, Marsílio, não nega a Lei Divina³, nem sua importância para a sociedade, uma vez que ela deve ser observada neste mundo, mas salienta que o autor desta, o Legislador Divino, julgará o cumprimento ou não de Sua Lei no outro mundo. A Lei Divina esta conceituada da seguinte forma:

Lei Divina é um preceito imediato de Deus, sem nenhuma participação humana, estatuído a respeito dos atos humanos e voluntários o que deve ser feito ou evitado com vista ao estado ou fim melhor que convém a humanidade atingir na outra vida. Contem um preceito coativo a ser infligido àqueles que a transgridem neste mundo, sob a forma de uma pena ou castigo a ser aplicado na outra vida, não nesta. Tal lei é aceita como um preceito imediato de Deus, promulgado sem a participação humana, apesar de ser divina, todavia, foi estabelecida pelos homens, isto é, os Apóstolos e os Evangelistas. No entanto, isso não aconteceu por obra e decisão dos mesmos, como se fossem a sua causa eficiente imediata. Na verdade, foram os instrumentos de Deus ou de Cristo, enquanto é por excelência a causa eficiente que os conduziu com vista a atingir tal fim. (DM I, 2).

³ Para Marsílio só há uma e verdadeira Lei Divina, e esta é aquela que Cristo veio nos transmitir. (DP II,VIII,4).

Devemos ter presente que o objetivo principal de Marsílio de Pádua é combater os abusos do alto clero que pretendia arrogar para si a administração civil dos reinos cristãos. Ao distinguir os significados de lei Marsílio mais uma vez está combatendo as clericais, e também desvinculando lei humana de lei divina. A lei civil é um preceito dado pelo povo que legisla, sem nenhuma mediação; é um mandato referente aos atos humanos livres e voluntários que deve ser obedecido por todos, sem exceção, tendo como finalidade a melhor vida possível neste mundo. (BAYONA, 2007, p. 123).

Marsílio apresenta quatro significados para o termo lei, dos quais se deterá no quarto sentido o qual considera o mais adequado para a sociedade civil. Um primeiro significado é uma predisposição natural relacionada com os nossos sentimentos que por vezes nos leva a agir contra nossa razão; o segundo significado é aquele que faz referência a ação criadora do homem e que serve de norma para algo produzível; o terceiro significado são aqueles preceitos revelados por Deus afim de que o homem siga para que possa atingir a felicidade plena na presença Dele; o quarto e último significado de lei que Marsílio identifica, como sendo ‘o mais usual’, é ciência ou doutrina que serve para regular os atos humanos na sociedade civil⁴.

Este quarto sentido de lei deve ser tomado sob dois aspectos: primeiro, enquanto aquela norma que regula os atos humanos na sociedade civil, ditando o que deve ou não ser feito; regular o justo e o útil, bem como os seus contrários. O segundo sentido é aquele que estabelece penas e castigos, que serão aplicados neste mundo, aos que não cumprirem a lei. Isto ocorre

⁴ “Hoc enim nomen de numero multiplicium dictionum importat in una sui significacione naturalem inclinationem sensitivam ad actionem aut passionem aliquam, [...]. In alia vero ipsius acceptione dicitur hoc nomen *lex* de quolibet habitu operative, et generaliter de omni forma rei operabilis existente in mente [...]. Tercio vero modo sumitur *lex* per regula continente monita humanorum actuum imperatorum, secundum quod ordinantur ad gloriam vel penam in século venturo [...]. Quarto autem importat hoc nomen *lex* et famose magis scienciam seu doutrinam seve iudicium universale iustorum et conferencium civilium, et sourunt oppositorum”. (DP I, X, 3).

através de um instrumento de coercividade que deve estar acompanhar todas as leis, para que elas possam ser consideradas como lei no sentido mais estrito do termo, mas também para que elas sejam respeitadas e cumpridas de uma forma mais objetiva. Somente com este preceito de coercividade é que a lei atingirá sua finalidade plena⁵.

O conteúdo material ou substantivo da lei é objeto do conhecimento e dele se ocupam os doutores da ciência do direito. Mas só o aspecto formal do preceito que incorpora a obrigatoriedade do cumprimento, e a sanção, o converte realmente em lei, pois só considerada mediante a forma de preceito coativo, se chama e, é lei, no sentido mais próprio. (BAYONA, 2007, p. 122).

A lei humana de Marsílio procede de certa racionalidade ou inteligência política proveniente da sociedade civil. E tem inúmeras finalidades dentre as quais deve servir para garantir a estabilidade governamental e a segurança para o reino (Cf. DP I, XI, 1). Para Marsílio aquele que faz a lei tem melhores condições de cumpri-la, deste modo como a cidade é composta de cidadãos, então caberá a estes fazerem a melhor lei para a cidade; deste modo Marsílio também esta dando mais um paço na defesa da laicidade para sua teoria.

Afirmamos, pois, de acordo com a verdade e a opinião de Aristóteles manifesta na *Política*, que o legislador ou a causa eficiente primeira e específica da lei é o povo ou sua parte preponderante, por meio de sua escolha ou vontade externada verbalmente no seio de sua assembléia geral, prescrevendo

⁵ "Et sic accepta lex dupliciter considerari potest: uno modo secundum se, ut per ipsam solum ostenditur quid iustum aut iniustum, conferens aut nicivum, et in quantum huiusmodi iuris sciencia vel doctrina dicitur. Alio modo considerari potest, secundum quod de isius observacione datur preceptum coactivum per enam aut Premium in presenti seculo distribuenda, sive secundum quod per modum talis precepti tradutir; et hoc modo considerata propriissime lex vocaur et est". (DP I, X, 4)

ou determinando que algo deve ser feito ou não, quanto aos atos civis, sob pena de castigo ou punição temporal⁶.

O povo é a fonte primeira e única⁷ de todo o poder que existe no Estado. Deste modo se há algum tipo de poder de domínio ou de coercividade ele é instituído pelo povo e não de outra forma. Cabe ao povo⁸ a responsabilidade pela organização social da cidade dividindo as partes necessárias para seu bom funcionamento, distribuindo as funções que cabe a cada um cumprir. O conjunto⁹ dos cidadãos é a única instância dentro da sociedade civil pode delegar poder, a uma pessoa ou a um grupo de pessoas que estará à frente do estado, o governante.

Marsílio de Pádua define o cidadão ao modelo aristotélico, isto é, somente podem participar da vida política da cidade aquelas pessoas que possuam certa quantia de riquezas, homens, e não estrangeiros. Quanto à parte preponderante, que deve representar os cidadãos ele também não determina como deveria ser apenas diz que deve ser conforme o costume da sociedade¹⁰. (Cf. DP I, XII, 4).

⁶ "Nos autem dicamus secundum veritatem atque consilium Aristotelis 3º Politice, capitulo 6º, legislatorem seu causam legis effectivam primam et propriam esse populum seu civium universitatem aut eius valentior partem, per suam electionem seu voluntatem in generali civium congregacione per sermonem expressam precipientem se determinantem aliquid fieri vel omitti circa civiles actus humanos sub pena vel supplicio temporalis" (DP I, XII, 3).

⁷ "Secondo Marsilio il legislatore, o la causa prima efficiente della legge è il popolo o l'intero corpo dei cittadini o la sua parte prevalente (*pars valentior*), mediante la sua elezione o volontà espressa con le parole dell'assemblea generale dei cittadini, che comanda che qualcosa sia fatto o non fatto. Nei riguardi degli atti civili umani, sotto la minaccia di una pena o punizione temporale. (OMAGGIO, 1995, p.50)

⁸ "Ricorrendo ad un linguaggio-scolastico, Marsilio vede il *legislator* come la causa efficiente della civile. Compete a lui solo creare la *Civitas*, dandole quelle leggi, quelle partes, quegli officii a che gli sambrano opportuni. (DAMIATA, 1983, p. 161).

⁹ "The political structure of the Marsilian state differs from the traditional medieval conception in that the supreme authority rests not in some higher law embodying ultimate values or final causes, but rather in a positive human agency or efficient cause called the legislator. It is from the legislator that the laws derive their authority, and it is laws, in turn, which regulate the functioning of the government. Hence Marsilius recasts the standard debate as to whether, under the higher law, the temporal government or the priesthood has the superior authority, by setting the legislator over both. And this legislator is the people. (GEWIRTH, 1951, p. 167).

¹⁰ "Così accanto al Comune abbiamo il Consiglio Maggiore, composto prima di trecento individui, più tardi di seicento, per essere accresciuto infine a Mille, avente in sostanza per delega quella stessa

O pensador italiano identifica dois momentos legislativos no ato de criação da lei. O primeiro é o da elaboração dos conteúdos das leis; o segundo é da sua aprovação. No primeiro momento o conjunto da totalidade dos cidadãos deve conferir a homens, com experiência e de prudência comprovada, a de descobrir e elaborar as leis. Sendo que cada uma das partes devem determinar os cidadãos que devem compor este pequeno grupo ou mesmo todos os cidadãos reunidos devem fazê-lo.¹¹

Estes cidadãos não receberam um poder, mas apenas um encargo dado por quem pode delegar. São delegados para uma tarefa técnica, mas na são o legislador nem receberam autoridade para legislar, pois não representam a totalidade dos cidadãos. (BAYONA, 2007, p. 147).

No segundo momento depois de feito o texto da lei, este será submetido ao conjunto dos cidadãos para que façam o exame final e aprovem ou rejeitem tal lei, ou ainda, para que sugira modificações que julgue necessárias. Mas, somente quem tem a competência para aprovar ou rejeitar as leis é o conjunto dos cidadãos. (Cf. DP XIII, 8).

Marsílio coloca o conjunto dos cidadãos como única fonte de poder para fazer e aprovar as leis da cidade. Também compete a este estabelecer o governo da *Civitas*, seja ele composto de uma única pessoa ou de um grupo de pessoas. Somente poderão ser consideradas governantes aquelas pessoas que o conjunto de cidadãos elegerem para tal função. Portanto, qualquer outra

competenza, que aveva ma non poteva esercitare il primo; e poi il Consiglio Minore, composto di quaranta individui, divenuti quindi sessanta rappresentanti tutte le classi della città. (BATTGLIA, 1987, p. 26).

¹¹ "Et propterea iustorum et conferencium civilium et incommodorum seu onerum communium et similium reliquorum regulas, futuras leges sive statuta, querendas seu inveniendas et examinandas prudentibus et expertis per universitatem civium committi conveniens et perutile est; sic ut vel seorsum ab unaquaque primarum parcium civitatis, enumeratarum 5º huius, parte 1ª, secundum tamen uniuscuiusque proporcionem, eligantur aliqui, vel ab omnibus simul congregatis civibus omnes eligantur experti seu prudentes viri predicti. [...] Quod quidem igitur legumlationis seu institutionis auctoritas, et de ipsarum observacione coactivum dare preceptum, ad solam civium universitatem seu ipsius valenciorem partem, tamquam efficientem causam, pertineat, aut ad illum vel illos, cui vel quibus auctoritatem hanc concesserit iam dicta universitas, sufficienter ex dictis demonstrasse putamus" (DP I, XIII, 8).

pessoa ou pessoas que se arroguem este mister não tem a legitimidade para fazê-lo. (Cf. DP I, XV, 1s).

O governante tem a incumbência de proteger a sociedade civil tanto no âmbito interno como no externo. Este é o guardião da paz e da lei, cabe a ele fazer com que a lei seja observada e cumprida. A causa primeira e específica do poder na cidade é o legislador; a causa secundária e instrumental é o governante. Este exerce um poder que não é pleno, mas é delegado pela causa primeira¹². Desta forma o governante não tem um poder pleno ou soberano dentro da *Civitas*, ele possui a penas um poder instrumental, este poder é recebido daquele que detém o poder pleno, a saber, o povo. O poder do governante tem uma finalidade específica, isto é, manter a ordem e a paz social através da lei, em momento algum caberá ao governante criar leis ou modificá-las.

O legislador exerce a autoridade por ser seu próprio poder e o governante por delegação do legislador. Na existe, pois, contraposição de poderes, mas manifestações diferentes da única vontade de poder estatal e distinta posição de órgãos para expressar essa vontade unitária do povo: o legislador é causa de legitimidade e tem a competência de modo direto; o governante exerce a competência por delegação e não de forma constituinte. (BAYONA, 2007, p. 191).

Para o patavino o que efetivamente torna alguém governante é a eleição¹³, nem mesmo a lei ou as melhores virtudes são capazes de fazer

¹² "Hanc autem primam dicimus legislatorem, secundariam vero quasi istrumentalem seu executivam dicimus principantem per auctoritatem huius a legislatore sibi concessam, secundum formam illi traditam ab eodem, legem videlicet, secundum quam semper agere ao disponere debet, quantum potest, actus civiles, quemadmodum ostensum est capitulo precedente" (DP I, XV, 4).

¹³ "Os governos obtêm sua autoridade por eleição, sucessão ou conquista. Mas, bom governo é o bem instituído, o que conta com o consenso dos cidadãos, por que a delegação do exercício do poder nasce da vontade do legislador" (BAYONA, 2007, p. 193).

alguém governante¹⁴. Embora ressalte a importância que, tanto a prudência como a virtude moral, tem para a pessoa do governante. Afirma que muitos dentre os que compõem a comunidade civil possuem ambas as virtudes, mas estas não bastam para se tornar governante, falta-lhes a autoridade para tal mister. Porém não possuem a autoridade requerida para exercer a função de governante uma vez que esta somente será conferida pelo conjunto dos cidadãos por meio de eleição¹⁵ ou escolha¹⁶.

Marsílio utilizando-se da comparação do Estado com um corpo; ressalta que a importância que o governo tem para a *Civitas*, é comparativa a importância que o coração tem para o corpo. Da mesma forma o coração alimenta todos os outros órgãos dos seres vivos, através de certo tipo de ‘calor’¹⁷. Assim, também, ocorre dentro do Estado, o governo é aquele órgão ou parte indispensável para que todas as demais partes sejam e mantidas funcionando plenamente.

Este órgão é o governo. Sua força universal relativa à causalidade é a lei. Seu poder ativo é a autoridade para julgar, ordenar e executar as sentenças ou decretos concernentes ao útil e ao justo para a cidade. [...] O governo entre

¹⁴ “La tesi dell’elezione del governante da parte del popolo non è certo insolita nel pensiero politico medievale, anche se spesso è stata sostenuta con diverse limitazioni. Infatti autori come Tommaso d’Aquino (*Summa Theologica*, II, I, q 97, a 1), Giacomo da Viterbo (*De regimine Christiano*, II, VIII) e Tolomeo da Lucca (*De libero arbitrio*, I, VI, 14) della distinzione tra il popolo buono e moderato e il corrotto proprio per limitare o negare il principio dell’elezione popolare. Altri autori come Giovanni da Parigi, invece, hanno sostenuto (*De potestate regia et papali*, XIX) che il método elettivo è legittimo, anche se non è l’unica via percorribile per nominare il sovrano (BROCCHIERI, In: *IL DIFENSORE DELLA PACE*, 2009, p. 176)

¹⁵ Marsílio de Pádua não diz qual deve ser a forma ou fórmula desta eleição, apenas sugere que deve ser de acordo com a diversidade de países. Não trata deste tema com profundidade, pois não o considera relevantes. (Cf. DP I, XV, 2).

¹⁶ “Consequenter autem dictis restant ostendere principantis factivam causam, per quam videlicet alicui vel aliquibus datur auctoritas principatus, qui per electionem statuitur. Hac enim auctoritate fit princeps secundum actum, non per legum scienciam, prudenciam aut moralem vitutem, licet sint hee qualitates principantis perfecti. Contingit enim has multos habere, qui tamen hac auctoritate carentes non sunt principes, nisi forte propinqua potentia. (DP I, XV, 1)

¹⁷ “Secondo le teorie mediche e naturali sostenute a Padova in quegli anni, il cuore possedeva un certo calore da cui dipendeva la formazione e la divisione degli organi di un essere vivente (BROCCHIERI, In: *IL DIFENSORE DELLA PACE*, 2009, p. 185).

todos os ofícios, é o mais importante, para a cidade. O motivo desta asserção é a seguinte: se por qualquer motivo não fosse possível obter a suficiência originária das atividades dos outros grupos sociais ou ofícios da cidade, isto poderia ser conseguido de outro lugar, por meio da navegação e de outras maneiras de comércio, se bem que de modo insatisfatório. Todavia, se não houver governo, a comunidade civil não tem como sobreviver ou pelo menos se manter durante um espaço de tempo mais longo¹⁸.

Marsílio demonstra claramente que o governante é a principal parte existente na cidade e que dele se origina a execução e implantação de todas as demais. Porém o paduano deixa claro que tudo deve estar de acordo com a lei. O governo deverá estar sempre subordinado aquele que determina a lei. É através dela que o conjunto de cidadãos se faz superior ao governante, uma vez que este apenas deve executar o que a lei determine. Para exemplificar isto encontramos uma passagem no capítulo XIV § 8, onde Marsílio se refere aos mecanismos extrínsecos que o governante deve ter a sua disposição, neste caso a força armada que deve auxiliar o governante na manutenção da ordem social. Esta força não deve ser determinada pelo próprio governante, mas deve ser estabelecida pela lei, ou seja, pelo conjunto dos cidadãos que também devem determinar todas as demais atividades da *Civitas*¹⁹

A intenção deste breve escrito foi a de demonstrar que Marsílio de Pádua estabelece diferenças fundamentais entre os termos: lei civil e Lei Divina. Bem como, estabelece que é o legislador de cada um e o que isto

¹⁸ "Hec autem pars est principatus, cuius quidem virtus causalitate universalis lex est, et cuius activa potentia est auctoritas iudicandi, precipiendi et exequendi sententias conferentium et iustorum civillium, propter quod dixit Aristoteles 7^o Politice, cap. 6^o, partem hanc esse omnium aliarum necessariiissimam in civitate. Causa vero eius est, quoniam sufficiencia que haquetur per reliquas partes seu officia civitates, si non inessiterent, posset aliunde sufficienter haberi, licet non sic facilliter, ut per navigium et reliqua vectigalia. Sed sine principatus inexistencia civilis communitas manere aut diu manere non potest, quoniam necesse est ut scandala veniant, ut dicitur in Matteo (DP I, XV, 6).

¹⁹ "Debet autem hec armata potentia principantis determinari per legislatorem, veluti civilia reliqua: tanta siquidem, ut uniuscuiusque civis seorsum aut aliquorum simul excedat potentiam, non tamen eam que simul omnium aut maioris partis, ne principantem presumere aut posse continat violat leges, et preter aut contra ipsas despotice principari (DP I, XIV, 8).

implica para a instituição e o bom andamento de uma sociedade civil bem organizada. Ainda tivemos ocasião de apresentar a importância que Marsílio dá lei civil, ao legislador humano, qual a sua função dentro da cidade; como também qual a função do governante. Do exposto podemos indicar que Marsílio é um defensor da sociedade civil cristã; mas uma sociedade que deve ser laica, e que as partes da cidade devem cada uma cumprir sua parte permanecendo a *Civitas* em harmonia.

Referências bibliográficas:

Obras de Marsílio de Pádua:

PÁDUA, M. von P. *Defensor Pacis, Fontes Iuris Germanici Antiqui in Usum Scholarum, ex Monumentis Germaniae Historicis, separatim editi*. Introdução e estabelecimento do texto por Richard Scholz. Hannover, 1932, 637 p.

_____. *Il Difensore della Pace di Marsilio da Padova*. A cura di Cesare Vasoli. Torino: Torinese, 1960, 757 p.

_____. *El Defensor de la Paz*. Introdução, tradução e notas de Luis Martinez Gomez, Madrid: Tecnos, 1989, 546 p.

_____. *O Defensor da Paz*. Tradução e notas de José Antônio Camargo Rodrigues de Souza. Introdução de J.A Souza C. R., F. Bertelloni e G. Piaia, Petrópolis: Vozes, 1997, 701 p.

_____. *Il Difensore della Pace*. Introduzione di Mariateresa Fumagalli Beonio Brocchieri. testo latino a fronte. Milano: BUR, 2009.

_____. *Il Difensore Minore*. A cura di Cesare Vasoli. Napoli: Guida, 1975, 179 p.

_____. *Defensor Menor*. Introdução, tradução e notas de José Antônio C. R. de Souza, Petrópolis: Vozes, 1991, 166 p.

Comentadores:

BAYONA, B. A. *Religión y Poder Marsilio de Pádua: la primera teoría laica del Estado?* Editorial Biblioteca Nueva, S. L., Madrid, 2007.

_____. *El origen del Estado laico desde la Edad Media*. Biblioteca de Historia y Pensamiento Político. Madrid, 2009.

BATTAGLIA, F. *Modernità di Marsilio da Padova*. Padova: CEDAM, 1942.

_____. *Marsilio da Padova e la Filosofia Politica del Medio Evo*. Firenze: CLUEB, 1928.

_____. “Marsilio da Padova e il ‘Defensor Pacis’ (1324)”. In: *Revista Internazionale di Filosofia del Diritto*. Firenze, 1924.

DAMITA, M. *Alvaro Pelagio*. Firenze: “Studi Francescani”, 1984, p. 55-74.

QUILLET, J. *La Philosophie Politique de Masile de Padnoe*. Paris: Vrin, 1970.

PIERPAULI, J. R. “Las relaciones entre el poder eclesiástico y el poder político los casos de alberto magno, tomás de aquino, juan quidort, marsilio de padua y alvaro pelagio”. In: *Dissertatio* [29], 115-133 invierno de 2009.

STREFLING, S. R. *IGREJA E PODER; Plenitude do Poder e Soberania Popular em Marsilio de Pádua*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

_____. “A disputa entre o papa bonifacio viii eo rei filipe iv no final do século XIII”. In: *Teocomunicação*, Porto Alegre, v.37, n. 158, p. 525-536, dez. 2007.

_____. “A coercividade da lei em Marsílio de Pádua”. In: *Dissertatio*, [32, 2010] 219 – 235.

TOLEDO, C. de A. A. de. “O conceito de poder na filosofia política de Marsilio de Pádua”. In: *Acta Scientiarum. Human and social Sciences*. Maringá, v. 25, n. 2, p. 267-276, 2003.